



Comparabilidade das Escolhas Contábeis na Mensuração do Imobilizado de Empresas Listadas na BM&FBOVESPA e na NYSE

Comparability of Accounting Choices in the Measurement of Fixed Assets of Listed Companies on BM&FBOVESPA and NYSE

Sirlei Lemes¹, Patrícia de Souza Costa² e Vinícius Aversari Martins³

RESUMO


O estudo teve por objetivo identificar os setores com práticas contábeis similares no reconhecimento do imobilizado, a partir da comparabilidade das escolhas contábeis realizadas por 63 companhias brasileiras pertencentes ao IBOVESPA e por 63 companhias estrangeiras com maior volume de ações negociadas na NYSE, após a adoção das IFRS. Os resultados apontaram um alto ou moderado índice de comparabilidade para as sete práticas investigadas nas companhias listadas em cada bolsa de valores e entre todas as companhias das duas bolsas. A exceção foi a mensuração inicial, em que a alta dispersão das práticas resultou em baixa comparabilidade. Na análise setorial, verificou-se que a comparabilidade das práticas contábeis é maior entre companhias estrangeiras do mesmo setor do que entre as companhias nacionais. Analistas, investidores, reguladores e normatizadores podem se beneficiar dos resultados deste estudo ao avaliarem o *tradeoff* entre comparabilidade e representação fidedigna no reconhecimento do imobilizado.

Palavras-chave: Comparabilidade; Escolhas contábeis; Imobilizado; Índice T; Análise de Conglomerados.


ABSTRACT

*This study aimed to identify sectors with similar accounting practices based on the comparability of accounting choices by 63 Brazilian companies listed on IBOVESPA and 63 foreign companies with the largest volume of shares traded on NYSE with regard to fixed assets disclosure upon implementing IFRS. The results indicated a moderate to high comparability index of the seven practices that were investigated in the companies listed on each stock exchange and between the groups listed on both stock exchanges. An exception was made for the initial analysis, in which the high dispersion of practices resulted in low comparability. In the analysis by sector, it was verified that the comparability of accounting practices is greater among foreign companies in the same sector than in local companies. Analysts, investors, regulators, and normatizers can benefit from the results of this study by evaluating the *tradeoff* between comparability and faithful representation in the recognition of fixed assets.*

¹ Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Minas Gerais, Brasil.

E-mail: sirlemes@uol.com.br  <https://orcid.org/0000-0003-3334-4240>

² Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Minas Gerais, Brasil.

E-mail: patricia.costa@ufu.br  <https://orcid.org/0000-0001-5087-1419>

³ Universidade de São Paulo (USP-RP), São Paulo, Brasil.

E-mail: vinicius@usp.br  <https://orcid.org/0000-0001-7679-0342>

regulators and standard setters can all benefit from the results of this study by assessing the tradeoff between comparability and reliable representation in the disclosure of fixed assets.

Keywords: *Comparability; Accounting choices; Fixed assets; T Index; Cluster Analysis.*

1 INTRODUÇÃO

A despeito dos avanços do *International Accounting Standards Board* (IASB) em conseguir a convergência contábil mundial, isso não significa a iminente eliminação das diferenças contábeis internacionais (Nobes, 2013). Diferenças culturais, de tradução, econômicas e políticas lançam dúvidas sobre o ideal de comparabilidade difundido pelo IASB, porém esse processo tem sido o meio mais eficaz para se obter a convergência das práticas contábeis no cenário mundial. Conforme Nobes (2013), existem evidências de que companhias grandes e multilistadas, gradualmente, movem-se em direção a práticas mais uniformes no nível internacional e dentro do seu setor. Assim, investigar a comparabilidade entre as práticas contábeis adotadas por grandes corporações e entre os setores dessas pode suportar ou refutar a afirmação de Nobes (2013), além de avaliar o alcance dos objetivos de comparabilidade do IASB.

A Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (CPC, 2011) especifica que a comparabilidade é uma das quatro características contábeis de melhoria da informação dos relatórios contábeis, a qual permitiria que a informação gerada atingisse o objetivo daqueles relatórios. O grau de comparabilidade pode ser elevado pela representação fidedigna, ou seja, se os relatórios contábeis representam fidedignamente um item – por exemplo, um ativo ou um passivo –, então a comparabilidade pode acompanhar esse processo (Barth, 2013). Todavia, a garantia dessa representação depende de fatores internos e externos à companhia. Para Barth, Landsman, Lang e Williams (2012), a comparabilidade da informação contábil é uma função não somente de normas contábeis, mas também de interpretação, auditoria e do ambiente regulatório (*enforcement*).

Na dificuldade de o IASB resolver os problemas de fatores específicos dos países e das empresas que afetem a adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS), o órgão postula que se continue reduzindo as escolhas permitidas (*Preface IFRS*, 2014). O conceito de escolhas contábeis utilizado nesta pesquisa é o proposto por Fields, Lys e Vincent (2001), segundo os quais uma escolha contábil é qualquer decisão cujo objetivo principal seja influenciar o resultado do sistema contábil de modo particular, incluindo as demonstrações contábeis publicadas e outros relatórios, como os fiscais e os documentos regulatórios. Stadler e Nobes (2014) asseveram que as IFRS possuem, historicamente, mais opções contábeis que as normas locais, em função das negociações envolvidas na aprovação de suas normas. Contudo, conforme esses autores, ao longo do tempo, o IASB tem removido tais opções para melhorar a comparabilidade.

Na identificação do principal determinante das escolhas entre práticas permitidas, o fator país tem sido o mais importante (Stadler & Nobes, 2014). Jaafar e Mcleay (2007) apresentam um contraponto e reinterpretem o conceito de harmonização, ao afirmarem que se presume que a contabilidade será completamente harmonizada quando todas as empresas, que operam em circunstâncias similares, adotarem idêntico tratamento contábil para transações similares sem considerar seu domicílio. Dias Filho e Machado (2012) corroboram essa posição e defendem que o isomorfismo institucional, ao pressupor que as organizações tendem a refletir uma realidade socialmente construída, pode explicar a homogeneidade de determinados setores

em diversos aspectos, inclusive quanto às escolhas contábeis. No que se refere às pesquisas em contabilidade, os autores observam que os princípios do isomorfismo institucional podem ajudar a explicar e a prever variações ou uniformidades no uso de determinadas práticas contábeis. Assim, este estudo tem por objetivo identificar os setores com práticas contábeis similares, com base na comparabilidade das escolhas contábeis realizadas por companhias brasileiras e estrangeiras no reconhecimento do imobilizado, após a adoção das IFRS.

Em termos teóricos, este estudo fundamenta-se no pressuposto de que grandes companhias tendem a adotar práticas uniformes internacionalmente e de que o setor de atuação também influenciaria a comparabilidade entre as práticas contábeis adotadas (Jaafar & Mcleay, 2007; Nobes, 2013). Assim, é de se supor que as grandes companhias brasileiras tenham práticas comparáveis com as estrangeiras de porte similar. Adicionalmente, o fator setor influenciaria as práticas escolhidas pelas empresas, e companhias do mesmo setor tenderiam a compor o mesmo grupo.

O estudo aqui elaborado cobre uma lacuna existente nas pesquisas sobre escolhas contábeis, apontada por Watts e Zimmerman (1990) e Fields *et al.* (2001), de que os estudos se concentram, principalmente, em uma única escolha contábil, sem avaliar seu conjunto, como os de Dragu (2010), Tudor e Dragu (2010), Cairns, Massoudi, Taplin e Tarca (2011), Taplin, Verona e Doni (2011), que focaram na mensuração do valor justo. Uma exceção é a pesquisa de Dichev e Li (2013), em que foram estudadas nove escolhas, realizadas ao longo de 50 anos, com 260.000 anos-empresa, para avaliar a relação entre crescimento e agressividade das escolhas contábeis. A evidência da pesquisa foi de que não há correlação entre crescimento e escolhas contábeis e de que essas podem ser determinadas por outros fatores, como setor, características de cada empresa etc.

O presente estudo também tem por objeto um grupo patrimonial relevante (o imobilizado) para as companhias, proporcionalmente significativo em relação aos demais ativos e fortemente afetado pelas mudanças introduzidas pelas IFRS no cenário contábil nacional e internacional.

Em termos práticos, a identificação do grau de comparabilidade no reconhecimento do imobilizado por setor pode ser útil para usuários em geral analisarem em quais setores está sendo alcançado o objetivo do IASB de maior comparabilidade. Essa identificação permitiria auxiliá-los na análise da qualidade das informações contábeis e na determinação da homogeneidade das práticas contábeis entre os setores.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Comparabilidade e escolhas contábeis

Uma das características qualitativas da informação contábil, determinada pelo IASB por meio de sua *Conceptual Framework*, é a comparabilidade, que se refere à necessidade de as demonstrações contábeis criarem condições para que o usuário possa compará-las ao longo dos anos e entre diferentes entidades. Todavia estudos apontam que nem sempre esse aumento de comparabilidade pode ser alcançado (Zhang & Andrew, 2010; Durocher & Gendron, 2011), pelo menos em anos iniciais da adoção das IFRS. Nobes (2006) afirma que as opções de métodos contábeis previstas nas IFRS farão com que as diferenças entre os países continuem.

Entre outros elementos, fatores ambientais afetam a forma como as normas são adotadas e, conseqüentemente, as escolhas realizadas pelas empresas. Cairns *et al.* (2011) mostram que países com estruturas institucionais similares tendem a usar as opções de modos similares, mas que novos estudos poderiam comparar países com estruturas diferentes.

De maneira geral, caracterizam-se as IFRS como sendo apoiadas em princípios, e as normas emitidas pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB) — os U.S. GAAP — seriam assentadas em regras. Entretanto, Schipper (2003) assegura que ambas as normas incluem princípios e regras, a depender do contexto, apesar de os U.S. GAAP serem mais detalhados.

Barth (2008) declara que normas baseadas em princípios não são, necessariamente, menos rigorosas do que normas apoiadas em regras, nem que normas pautadas em regras não levarão ao aumento da comparabilidade. Isso pode ser verificado no estudo de Souza e Lemes (2016), em que as IFRS, por si só, não garantiram a comparabilidade entre as escolhas contábeis no reconhecimento do imobilizado, do intangível e das propriedades para investimento (PPI) feito por companhias brasileiras, chilenas e peruanas.

O IASB (*Preface IFRS*, 2014) tem por objetivo requerer que eventos e transações similares sejam contabilizados e reportados de forma similar e que transações e eventos diferentes sejam contabilizados e reportados de forma diferente. Na ausência de definição do que sejam eventos e transações similares e diferentes, o IASB, também, declara que reconsiderou e continuará a reconsiderar as escolhas existentes com o objetivo de reduzi-las (*Preface IFRS*, 2014). Apesar de algumas escolhas terem sido removidas após 2004, o IASB não tem sido capaz de evitar a adição de outras opções, tais como a participação das empresas não controladoras na empresa adquirida, que pode ser mensurada pelo valor justo ou pela participação nos ativos líquidos dessa, conforme a IFRS 3 (Nobes, 2013).

Watts (1992), ao discutir a Teoria da Escolha Contábil, advoga que escolhas contábeis incluem a escolha do gestor por um método contábil em detrimento de outro, citando a escolha do método de depreciação linear em vez do método de depreciação acelerada. Watts e Zimmerman (1990) indicam que, na abordagem dos contratos, os métodos contábeis são especialmente determinados pelo uso dos números contábeis nesses contratos entre as partes interessadas da firma. Entretanto, Watts (1992) entende que a citada teoria fornece hipóteses concorrentes para as relações observadas na literatura sobre o mercado de capitais e que ela integra a Teoria da Firma (Watts & Zimmerman, 1986, 1990).

Ao interpretar, literalmente, a ampla definição de escolhas contábeis de Fields *et al.* (2001), Francis (2001) observa que essas, além das teorias econômicas que as sustentam, incluem decisões tomadas por gestores, auditores, comitês de auditoria e órgãos reguladores. Dias Filho e Machado (2012, p. 21) apontam que, sob a égide da teoria positiva da contabilidade, o ambiente empresarial é visto como “um conjunto de indivíduos que agem impulsionados por interesses próprios, embora possam perceber que seu destino depende da sobrevivência e manutenção da entidade ao longo do tempo”. Para esses autores, o consequente jogo de interesses acaba definindo outras características, além da estrutura de financiamento ou do estilo de gestão, como a preferência por determinadas práticas contábeis.

De acordo com Silva, Martins e Lemes (2016, p. 135), falta interação entre os conjuntos conceituais que fundamentam os aspectos das escolhas contábeis, e não há uma teoria consolidada acerca do tema, “pois as escolhas são múltiplas, feitas por múltiplos agentes, em múltiplos ambientes contratuais e institucionais”. Não obstante a inexistência de uma teoria consolidada ou mais ampla referente às escolhas contábeis, a comparabilidade dos relatórios contábeis objetivada pelo IASB perpassa a redução das escolhas contábeis. É com base na inter-relação entre escolhas contábeis e comparabilidade que esta pesquisa se desenvolve.

Nobes (2013) classifica as opções em evidentes (*overt options*) e em ocultas ou de critérios vagos (*covert options*). Uma opção evidente é aquela nitidamente especificada como uma escolha na norma. Em contraposição, uma opção oculta existiria quando nenhuma escolha

é explicitamente oferecida, mas o grau de julgamento envolvido dá margens a preferências dos preparadores das demonstrações contábeis. Nobes (2013) identifica 31 opções evidentes contidas em dezessete IAS/IFRS. Enfim, tanto em termos conceituais, pela necessidade de avanços na consolidação da denominada Teoria das Escolhas Contábeis, quanto em termos normativos, esse tema ainda enseja muitas pesquisas.

Com o objetivo de investigar a comparabilidade de relatórios contábeis no Reino Unido e na Austrália, com base em valor justo, Cairns *et al.* (2011) usaram o índice T (Taplin, 2004) para mensurar a comparabilidade das escolhas de 228 empresas listadas, cujos resultados indicam que a comparabilidade é afetada por características contábeis específicas do país e pelo segmento de negócios.

Taplin, Yuan e Brown (2014) identificaram as escolhas contábeis feitas por companhias chinesas com relação à mensuração subsequente das PPI, e encontraram, em suas palavras, o mais baixo índice de comparabilidade possível (50%), quando existe somente uma escolha contábil. Também por meio do índice T, calculado para as escolhas no reconhecimento das PPI, Botinha e Lemes (2017) encontraram baixa comparabilidade entre as companhias listadas na BM&FBOVESPA (atual B3) e na NYSE.

Um dos grupos patrimoniais amplamente afetado pela adoção das IFRS é o imobilizado, foco deste estudo, visto que, em vários momentos de reconhecimento inicial ou posterior dos ativos, pode haver alterações significativas e constantes nos valores reconhecidos.

2.2 Mensuração do ativo imobilizado

A adoção das IFRS incorporou no imobilizado práticas de mensuração não contempladas na regulamentação local de muitos países, incluindo o Brasil, como resultado natural do processo de elaboração da IAS 16 (2003, *Property, Plant and Equipment*). Assim, as empresas passaram a dispor de um número maior de práticas para reconhecer seus itens do ativo imobilizado.

No ano de migração para as IFRS, o ativo imobilizado deve ser ajustado na data da transição para representar seu valor justo (custo atribuído), se diferente do valor contábil. Na mensuração subsequente, o ativo imobilizado passa a ter métodos (linha reta, unidades produzidas, saldos decrescentes etc.), formas (valor residual, depreciação acelerada etc.) e períodos de depreciação distintos, além da necessidade de revisão periódica das estimativas realizadas. Os ativos construídos pela empresa podem incorporar, além dos custos concernentes à construção, também os custos de empréstimos. Determinados itens do ativo imobilizado podem requerer substituição e inspeção regulares, e o valor dessas pode ser incorporado ao valor do imobilizado. Determinados itens do imobilizado poderão ser reduzidos ao valor recuperável e outros poderão ser reavaliados a valor justo (prática não permitida no Brasil). A Figura 1 ilustra as possibilidades de mensurações no reconhecimento do ativo imobilizado, conforme as IFRS.

Quando se observa a Figura 1, é razoável conjecturar que o ativo imobilizado pode configurar, em uma mesma empresa, um somatório de valores resultantes de distintas mensurações. Consoante Barth (2014), a Estrutura Conceitual (CPC, 2011) não especifica o objetivo ou a definição da mensuração contábil e nem fornece uma base conceitual para escolher entre mensurações alternativas. Assim, enquanto permanecer essa lacuna conceitual na discussão dos distintos métodos de mensuração, o imobilizado das empresas continuará a agregar distintos valores, critérios e momentos de avaliação.



Figura 1. Práticas de mensurações possíveis do ativo imobilizado

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é do tipo exploratória, com abordagem qualitativa e documental. Seguiu-se a metodologia do estudo de Cairns *et al.* (2011), observando, todavia, outras escolhas, além do valor justo, e confrontando companhias listadas em duas bolsas de valores, e não somente em dois países. Com o escopo de se identificar a similaridade entre os segmentos de negócios, com relação às escolhas contábeis, compuseram a amostra um conjunto de 63 empresas componentes do Ibovespa (índice da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo – BM&FBOVESPA, hoje B3), em maio de 2014, e um conjunto de 63 empresas com características similares às anteriores (em termos de volume de negociação de ações), listadas na NYSE. Ambos os grupos de empresas adotam as IFRS nas suas demonstrações contábeis. As escolhas contábeis realizadas pelas empresas foram identificadas, manualmente, nos relatórios contábeis das companhias da amostra, arquivados nas respectivas bolsas. Os dados foram coletados nas demonstrações contábeis de 2013.

A opção pela amostra com grandes empresas fundamentou-se na hipótese do custo político, segundo a qual, conforme Watts e Zimmerman (1990), essas empresas têm mais propensão a usar as escolhas contábeis para reduzir o lucro reportado em comparação às pequenas empresas.

A pesquisa desenvolveu-se em duas etapas: na primeira, calculou-se o índice T de acordo com a Equação 1 (Taplin, 2004), por meio das opções contábeis identificadas nos relatórios contábeis das companhias, entre aquelas da BM&FBOVESPA e da NYSE isoladamente (comparabilidade nacional) e entre os dois grupos (comparabilidade internacional). A segunda etapa consistiu da identificação dos conglomerados mediante escolhas contábeis realizadas pelos setores de negócios.

Cole, Branson e Breesch (2009) testaram as potencialidades dos métodos de mensuração e ratificaram que o índice T é o mais apropriado para mensurar a comparabilidade, porque ele possibilita comparar companhias situadas em um mesmo país (*National Index*) e em diferentes

países (*International Index*), e os países podem ser ponderados de acordo com o número total de companhias que usam as IFRS.

O índice T traduz a probabilidade de duas ou mais empresas selecionadas aleatoriamente possuírem demonstrações financeiras comparáveis. Ele assume valores de 0, quando todas as empresas têm as demonstrações financeiras não comparáveis entre si, a 1, quando elas são plenamente comparáveis entre si.

$$T_{Index} = \sum_{i=1}^N \sum_{j=1}^N \sum_{k=1}^M \sum_{l=1}^M \alpha_{ki} \beta_{ij} P_{ki} P_{lj} \quad (1),$$

em que:

N : número de países analisados;

M : quantidade de métodos analisados;

α_{kl} : coeficiente de comparabilidade entre os métodos k e l ;

β_{ij} : ponderação para comparação entre companhias dos países i e j ;

P_{ki} : proporção de companhias no país i usando o método contábil k ;

P_{lj} : proporção de companhias no país j usando o método contábil l .

Para o cálculo do índice T, individualmente, das duas bolsas (NYSE e BM&FBOVESPA), foi adotado o método 1(b)2(b)3(a)4(a), e, para o cálculo conjunto (comparação entre todas as empresas), adotou-se o método 1(b)2(c)3(a)4(a). Esses métodos representam as probabilidades de comparações dadas pelo modelo de Taplin (2010). Os métodos escolhidos fundamentam-se nos seguintes critérios: cada bolsa teve peso igual (opção 1b); foco internacional dentro do país (opção 2b); comparação entre as duas bolsas (opção 2c); as companhias usando as mesmas políticas contábeis são comparáveis entre si e as companhias usando diferentes políticas contábeis são não comparáveis entre si (opção 3a); a norma não era aplicável ou a empresa não divulgou a informação quanto à escolha realizada (opção 4a).

Os itens (grupos de escolhas) observados na mensuração do imobilizado foram os seguintes: 1) mensuração inicial; 2) teste de *impairment*; 3) método de depreciação; 4) custos de empréstimos; 5) custos de desmontagem e remoção; 6) custos de manutenção e substituição; e 7) reavaliação.

A escolha observada referente à reavaliação espontânea do ativo imobilizado (opção eliminada com o advento da Lei n.º 11.638/2007) foi quanto à manutenção ou não do saldo da reserva de reavaliação para as companhias listadas na BM&FBOVESPA. No caso das companhias listadas na NYSE, identificou-se se essas reavaliaram seus ativos no ano investigado.

A ausência de definições mais específicas e de classificações sustentadas em uma teoria, por certo, gera dúvidas sobre quais práticas contábeis ensejam a escolha do gestor, por exemplo, o gestor não tem a opção de realizar ou não o teste de *impairment*, se existir indicação de desvalorização do ativo. Todavia ele exercerá o julgamento para decidir se essa indicação de irrecuperabilidade realmente existe e qual é o grau de magnitude. Mediante essa análise, a decisão pode ser, por exemplo, aguardar o próximo ano para acompanhar o desempenho do ativo desvalorizado ou considerar a desvalorização pouco relevante a ponto de os ajustes nas taxas de depreciação serem suficientes para se reconhecer essa desvalorização.

Coerente com Fields *et al.* (2001), a decisão de realizar ou não o teste de *impairment* influencia o resultado do sistema contábil. Na mesma linha, está a escolha de capitalizar ou não os custos de empréstimo. Mesmo que a norma determine que os custos de empréstimo de ativos qualificados devem ser capitalizados, há certa discricionariedade na avaliação do enquadramento ou não de alguns ativos na definição de ativos qualificados. Ambas as práticas

(*impairment* e custos de empréstimos) são classificadas por Nobes (2013) e Cole, Branson e Breesch (2011) como escolhas, e, nesta pesquisa, elas foram consideradas da mesma forma.

Na interpretação dos índices, uma questão que surge é a definição dos parâmetros para a análise dos resultados. Taplin (2011) assinala que não existe *benchmark*, mas que esse problema caracteriza todos os índices e sumários estatísticos. Neste estudo, adotaram-se os parâmetros estabelecidos em Taplin (2006), segundo os quais a comparabilidade é alta quando o valor do índice for entre 0,75 e 1, moderada entre 0,55 e 0,74 e baixa se o índice for menor que 0,55.

A Tabela 1 apresenta a amostra da pesquisa quantificada por país e por setor. Na identificação das companhias listadas na NYSE, para não haver dupla contagem, foram eliminadas as companhias brasileiras e aquelas consolidadas com empresas brasileiras. A identificação do país foi feita com base na jurisdição constante do formulário 20-F arquivado na SEC (*U.S. Securities and Exchange Commission*). A fim de viabilizar a análise setorial conjunta da amostra, a classificação das 126 empresas por setor pautou-se no ICB (*Industry Classification Benchmark*) referenciado na listagem da NYSE.

Tabela 1
Caracterização da amostra por país (NYSE) e setor

Quantidade de empresas da NYSE por país		Setor das empresas BM&FBOVESPA e NYSE				
País	Qde	País	Qde	Setor	BM&FBOVESPA	NYSE
África do Sul	2	Indonésia	1	Bens de consumo	9	5
Alemanha	2	Inglaterra	10	Financeiro	9	7
Austrália	1	Irlanda	2	Materiais básicos	9	9
Chile	4	Israel	1	Petróleo e gás	1	5
China	7	Itália	1	Produtos industriais	12	10
Dinamarca	1	Coreia do Sul	5	Saúde	1	6
Espanha	1	Luxemburgo	2	Serviço ao consumidor	8	3
Finlândia	1	México	4	Tecnologia	0	9
França	4	Noruega	1	Telecomunicação	3	7
Grécia	1	Países Baixos	2	Utilidade pública	11	2
Ilhas Marshall	3	Peru	2	Total por bolsa	63	63
Índia	2	Suíça	3	Total da amostra		126

Na sequência, identificaram-se os grupos agregados das empresas por meio da análise de conglomerados (*Cluster*). Para a realização da análise de *Cluster*, contou-se com as variáveis apresentadas na Figura 2.

Ressalta-se que o agrupamento foi realizado considerando-se apenas duas escolhas para cada item, privilegiando-se a prática com maior frequência. Assim, a aquisição e produção foi o método de mensuração inicial mais escolhido pelas empresas, sendo, portanto, a primeira escolha. A segunda escolha, para esse item, foram os outros métodos de mensuração inicial, denominados de “Outros”. Para o item teste de *impairment*, as escolhas foram segregadas em “realizado” e “não realizado”, e assim sucessivamente.

Item	Variáveis/Escolhas
Mensuração inicial	Aquisição e produção
	Outros
Teste de <i>impairment</i>	Realizado
	Não realizado
Método de depreciação	Linear
	Outros
Custos de empréstimos	Capitaliza
	Não capitaliza
Custos de desmontagem e remoção	Capitaliza
	Não capitaliza
Custos de manutenção e substituição	Capitaliza
	Não capitaliza
Reserva de reavaliação	Realizado
	Não realizado

Figura 2. Variáveis utilizadas na análise de *Cluster*

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Na Tabela 2, são evidenciadas as escolhas contábeis das empresas da amostra, identificadas por listagem em bolsa.

Tabela 2

Escolhas contábeis das companhias no ano de 2013

1. Mensuração inicial	BM&FBOVESPA	NYSE
Custo de aquisição	10	11
Custo de produção	0	0
Aquisição e produção	39	22
Aquisição e <i>leasing</i>	1	10
Produção e <i>leasing</i>	0	0
Aquisição, produção e <i>leasing</i>	13	20
Não mencionado/não aplicável	0	0
2. Mensuração subsequente		
2.1. Teste de <i>impairment</i>		
Realizado	62	61
Não realizado	0	2
Não mencionado/não aplicável	1	0
2.2 Método de depreciação		
Linear	58	54
Saldos decrescentes	0	0
Unidades produzidas	0	0
Outro	1	0
Múltiplos métodos	4	9
Não mencionado/não aplicável	0	0
2.3 Custos de empréstimos		
Capitaliza	37	45
Não capitaliza	0	4
Não mencionado/não aplicável	26	14

Tabela 2 (continuação)

2.4 Custos Desmontagem e Remoção		
Capitaliza	13	24
Não capitaliza	0	3
Não mencionado/não aplicável	50	36
2.5 Custos de manutenção e substituição		
Capitaliza	30	30
Não capitaliza	6	5
Não mencionado/não aplicável	27	28
2.6 Reserva de reavaliação		
Realiza/Manteve saldo	7	15
Não menciona/não aplicável	56	48
Total de empresas	63	63

Na Tabela 3, são registradas as escolhas contábeis segregadas em três grupos: BM&FBOVESPA, NYSE e Geral (soma das companhias das duas bolsas de valores).

Percebe-se, na Tabela 3, que a maioria das empresas realizou o teste de *impairment*, adotou o método de depreciação linear, capitalizou os custos de empréstimos, não capitalizou os custos de manutenção e substituição e não efetuou a reavaliação. Além disso, a maioria das empresas (62%) listadas na BM&FBOVESPA escolheu o método de aquisição e produção para a mensuração inicial do imobilizado, enquanto apenas 35% das empresas listadas na NYSE escolheram o método de aquisição e produção para essa mensuração. As empresas listadas na NYSE capitalizaram mais empréstimos e custos de desmontagem e remoção do que as empresas brasileiras. O mesmo ocorreu com a reavaliação, porquanto as empresas da NYSE realizaram a reavaliação de seus ativos, ao passo que as brasileiras não mantinham mais o saldo da reserva de reavaliação em 2013. Supõe-se que as empresas brasileiras investigadas baixaram integralmente o saldo, por conta da proibição da reavaliação em 2007, ou que o saldo foi realizado antes de 2013.

Tabela 3

Escolhas contábeis por bolsa de valores

Escolhas contábeis		BM&FBOVESPA		NYSE		Geral	
Mensuração inicial	Aquisição e produção	39	62%	22	35%	61	48%
	Outros	24	38%	41	65%	65	52%
Teste de <i>impairment</i>	Realizado	62	98%	61	97%	123	98%
	Não realizado/Não menciona/ Não aplicável	1	2%	2	3%	3	2%
Método de depreciação	Linear	58	92%	54	86%	112	89%
	Outros	5	8%	9	14%	14	11%
Custos de empréstimos	Capitaliza	37	59%	45	71%	82	65%
	Não capitaliza/Não menciona/ Não aplicável	26	41%	18	29%	44	35%
Custos de desmontagem e remoção	Capitaliza	13	21%	24	38%	37	29%
	Não capitaliza/Não menciona/ Não aplicável	50	79%	39	62%	89	71%
Custos de manutenção e substituição	Capitaliza	30	48%	30	48%	60	48%
	Não capitaliza/Não menciona/ Não aplicável	33	52%	33	52%	66	52%
Reserva de reavaliação	Realizado/Manteve saldo	7	11%	15	24%	22	17%
	Não realizado/Não menciona/ Não aplicável	56	89%	48	76%	104	83%

A Tabela 4 exibe o resultado dos cálculos dos índices de comparabilidade, individualmente, das companhias da NYSE e da BM&FBOVESPA e entre as companhias das duas bolsas. O cálculo do índice T foi realizado por meio do *software T-Index Calculator*, fornecido pelo criador do índice, Ross H. Taplin. No cálculo do índice T, considerou-se que a não divulgação da informação e a inexistência da prática na empresa (não aplicável) não são escolhas do gestor, não sendo, portanto, levadas em conta no cálculo da comparabilidade.

Tabela 4
Índice de comparabilidade das companhias

Escolhas contábeis	Índice T		
	BM&FBOVESPA	NYSE	Geral
1. Mensuração inicial	0,45	0,28	0,31
2. Mensuração subsequente			
2.1. Teste de <i>impairment</i>	1,00	0,94	0,97
2.2. Método de depreciação	0,85	0,76	0,80
2.3. Custos de empréstimos	1,00	0,85	0,92
2.4. Custos desmontagem e remoção	1,00	0,80	0,89
2.5. Custos de manutenção e substituição	0,72	0,76	0,74
2.6. Reserva de reavaliação	1,00	1,00	1,00

De acordo com a Tabela 4 e com os parâmetros estabelecidos para a avaliação do índice de comparabilidade (alta entre 0,75 e 1, moderada entre 0,55 e 0,74 e baixa se menor que 0,55), observa-se que a mensuração inicial atingiu o menor índice de comparabilidade, com um índice T baixo (0,31), tanto entre as companhias da BM&FBOVESPA (0,45) quanto entre as da NYSE (0,28), o que reflete o baixo índice de comparabilidade entre todas as companhias investigadas. Isso foi resultado da dispersão das escolhas contábeis feitas pelas companhias no reconhecimento inicial do ativo imobilizado, cujas opções se distribuíram entre a mensuração ao custo de aquisição, de produção e do *leasing* e entre as combinações dessas opções.

Na mensuração subsequente do imobilizado, os índices de comparabilidade foram altos para todos os grupos de companhias e escolhas identificadas, excetuando-se a prática referente à capitalização dos custos de manutenção e substituição de peças de grandes inspeções. Com base nos parâmetros estabelecidos, o índice T foi moderado para as companhias brasileiras (0,72) e na comparação entre todas as empresas da amostra (0,74), mas em valores muito próximos aos da alta comparabilidade, tendo sido obtido um índice alto (0,76) para as companhias da NYSE.

Na Tabela 5, é exibido o esquema de aglomeração obtido por meio do método hierárquico, que indica a ordem de agregação (estágios) dos setores nos respectivos *Clusters*. No estágio 1, para a amostra de companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA, os *Clusters* 4 (Petróleo) e 6 (Saúde) agruparam-se primeiramente, com uma distância euclidiana de 2,293. No segundo estágio, os setores 1 (Bens de Consumo) e 3 (Materiais Básicos) foram agrupados, e assim sucessivamente.

Uma das formas de se determinar o número de agrupamentos é pela diferença dos coeficientes do esquema de aglomeração (Tabela 5). Para as empresas da BM&FBOVESPA, as maiores diferenças entre os coeficientes estariam entre os estágios 3 e 4 e entre os estágios 7 e 8, sugerindo três *Clusters*.

Tabela 5
Esquema de aglomeração

Estágios	BM&FBOVESPA			NYSE			Geral		
	Cluster 1	Cluster 2	Coef.	Cluster 1	Cluster 2	Coef.	Cluster 1	Cluster 2	Coef.
1	4	6	2,293	1	6	4,845	6	8	1,861
2	1	3	3,199	7	10	5,107	6	7	5,726
3	4	8	3,704	1	9	9,095	6	9	8,736
4	5	7	12,621	1	4	13,583	1	10	9,580
5	1	9	16,155	1	8	19,484	4	6	12,137
6	2	5	19,375	1	7	26,632	1	4	15,147
7	1	2	24,288	3	5	26,940	3	5	25,837
8	1	4	38,491	1	2	31,340	1	2	38,630
9				1	3	37,533	1	3	44,665

Após a identificação do número de agrupamentos por meio do método hierárquico, procedeu-se à análise pelo método *k-means*. A Figura 3 apresenta a composição dos *Clusters*. Observa-se que os setores Petróleo, Saúde e Telecomunicações, na amostra de empresas da BM&FBOVESPA, pertencem ao *Cluster 1*. Para esse mesmo grupo de empresas, os setores Produtos Industriais e Serviços ao Consumidor pertencem ao *Cluster 2* e Bens de Consumo, Financeiro, Materiais Básicos e Utilidade Pública pertencem ao *Cluster 3*. Quatro setores permaneceram no mesmo *Cluster*, independentemente da amostra de empresas: Petróleo no *Cluster 1*, Produtos Industriais no *Cluster 2*, Materiais Básicos e Financeiro no *Cluster 3*.

	BM&FBOVESPA	NYSE	Geral
Cluster 1	Petróleo Saúde Telecomunicação	Bens de Consumo Petróleo Serviço ao Consumidor Utilidade Pública	Petróleo Saúde Serviço ao Consumidor Tecnologia Telecomunicação Utilidade Pública
Cluster 2	Produtos Industriais Serviço ao Consumidor	Materiais Básicos Produtos Industriais Tecnologia	Bens de Consumo Materiais Básicos Produtos Industriais
Cluster 3	Bens de Consumo Financeiro Materiais Básicos Utilidade Pública	Financeiro Saúde Telecomunicação	Financeiro

Figura 3. Resumo da composição dos *Clusters*

Pela análise dos agrupamentos, percebe-se uma semelhança nas características dos *Clusters* das duas bolsas de valores:

- Cluster 1* (BM&FBOVESPA e NYSE): a maioria das empresas desses setores não escolheu o método de aquisição e produção para a mensuração do ativo imobilizado, realizaram o teste de *impairment*, optaram pelo método de depreciação linear, capitalizaram os custos de empréstimos, capitalizaram os custos de desmontagem e remoção e os custos de manutenção e substituição e não reavaliaram seus ativos.
- Cluster 2* (BM&FBOVESPA): de maneira equilibrada, as empresas desses setores escolheram entre o método de aquisição e produção e os outros métodos na mensuração do ativo imobilizado; a maioria não capitalizou os custos de empréstimos, os custos de

desmontagem e remoção e os custos de manutenção e substituição; as demais escolhas foram semelhantes àquelas do *Cluster 1*.

- c. *Cluster 2* (NYSE): repete as características do *Cluster 2* da BM&FBOVESPA, à exceção de que a maioria das empresas capitalizou os custos de empréstimos e os custos de manutenção e substituição.
- d. *Cluster 3* (BM&FBOVESPA e NYSE): repete as características do *Cluster 1*, exceto pelo fato de a maioria das empresas não ter capitalizado os custos de desmontagem e remoção e os custos de manutenção e substituição.

Na Tabela 6, é apresentada a análise de variância ANOVA, que identifica qual ou quais variáveis permitem a separação dos *Clusters*.

Tabela 6
Análise de variância ANOVA

Escolhas Contábeis	BM&FBOVESPA		NYSE		Geral		
	F	Sig.	F	Sig.	F	Sig.	
Mensuração inicial	<i>Zscore</i> : Aquisição e produção	14,455	0,005	4,309	0,060	3,537	0,087
	<i>Zscore</i> : Outros	4,773	0,057	2,031	0,202	29,909	0,000
Teste de <i>impairment</i>	<i>Zscore</i> : Realizado	32,445	0,001	22,408	0,001	10,371	0,008
	<i>Zscore</i> : Não realizado	0,556	0,601	0,700	0,528	1,400	0,308
Método de depreciação	<i>Zscore</i> : Linear	35,790	0,000	7,072	0,021	10,300	0,008
	<i>Zscore</i> : Outros	3,609	0,094	2,460	0,155	1,624	0,263
Custos de empréstimos	<i>Zscore</i> : Capitaliza	3,045	0,122	5,960	0,031	26,723	0,001
	<i>Zscore</i> : Não capitaliza	3,238	0,111	2,275	0,173	6,286	0,027
Custos de desmontagem e remoção	<i>Zscore</i> : Capitaliza	5,976	0,037	0,314	0,740	1,068	0,394
	<i>Zscore</i> : Não capitaliza	34,898	0,000	3,406	0,093	3,125	0,107
Custos de manutenção e substituição	<i>Zscore</i> : Capitaliza	6,076	0,036	8,944	0,012	9,216	0,011
	<i>Zscore</i> : Não capitaliza	5,812	0,039	12,029	0,005	3,459	0,090
Reserva de reavaliação	<i>Zscore</i> : Realizado	7,424	0,024	0,511	0,621	9,021	0,012
	<i>Zscore</i> : Não realizado	15,472	0,004	8,843	0,012	5,051	0,044

Conforme a Tabela 6, as variáveis que mais discriminam os grupos são aquelas com maior valor da estatística *F*. Dessa forma, com base nos valores de *sig. F*, para cada escolha, pode-se afirmar que as variáveis significantes para a formação dos três *Clusters*, ao nível de 5%, são (por grupo amostral):

- a) BM&FBOVESPA: aquisição e produção, realização do *impairment*, método de depreciação linear, custos de desmontagem e remoção, custos de manutenção e substituição e reserva de reavaliação;
- b) NYSE: realização do *impairment*, método de depreciação linear, capitalização dos custos de empréstimo, custos de manutenção e substituição e não realização da reavaliação;
- c) Geral: realização do *impairment*, método de depreciação linear, custos de empréstimo, capitalização dos custos de manutenção e substituição e reserva de reavaliação.

Percebe-se que as variáveis que diferenciaram os agrupamentos foram o método de mensuração inicial do imobilizado, os custos de empréstimos, os custos de desmontagem e remoção e os custos de manutenção e substituição.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A comparabilidade foi alta ou moderada para todas as sete escolhas observadas nas demonstrações contábeis do ano de 2013, com exceção apenas entre as escolhas de práticas na mensuração inicial do imobilizado, para as quais os três índices calculados (companhias brasileiras da BM&FBOVESPA, da NYSE e entre todas as companhias) foram considerados baixos (inferiores a 0,55). Uma das prováveis explicações pode ser o fato de, nesse momento, a companhia dispor de um maior número de possibilidades de escolhas comparado à mensuração subsequente, o que gera maior dispersão.

Na mensuração subsequente, todos os índices calculados indicaram alta comparabilidade, excetuando a prática de manutenção e substituição de peças nas inspeções relevantes e realizadas em períodos regulares, para a qual o índice foi moderado entre as empresas brasileiras e no conjunto de empresas listadas nas duas bolsas. Observa-se que, para a amostra da pesquisa, a adoção de práticas uniformes por grandes companhias confirmou-se; a baixa comparabilidade na mensuração inicial era esperada, dada a maior quantidade de escolhas e a observação das escolhas em demonstrações consolidadas, as quais agregam atividades e imobilizados distintos.

Na análise dos conglomerados formados pelas 126 companhias, observou-se uma aproximação parcial dos setores de acordo com suas características. Um *Cluster* (o mais disperso) foi formado pelos setores de Petróleo, Saúde, Serviço ao Consumidor, Tecnologia, Telecomunicação e Utilidade Pública. Um segundo *Cluster*, pelos setores de Bens de Consumo, Materiais Básicos e Produtos Industriais. O último *Cluster* (o mais homogêneo) foi composto pelas companhias do setor financeiro.

Na formação dos grupos por listagem por bolsa, a distribuição dos setores de acordo com as escolhas foi mais dispersa, o que indica que as companhias estrangeiras são mais comparáveis com seus pares estrangeiros do que com as companhias brasileiras.

Na formação dos agrupamentos, as variáveis que mais contribuíram para a diferenciação foram o método de mensuração inicial do imobilizado, os custos de empréstimos, os custos de desmontagem e remoção e os custos de manutenção e substituição de imobilizado. A diferenciação pode ser justificada pelos mesmos motivos da baixa comparabilidade das companhias em seu todo, ou seja, por serem práticas relativamente novas no cenário contábil internacional (caso dos custos estimados de desmontar e remover imobilizado e restaurar áreas) ou por embutir maiores possibilidades de escolhas (caso da mensuração inicial).

Christensen e Nikolaev (2013) argumentam que as empresas escolhem o valor justo somente quando as estimativas confiáveis são disponíveis a baixo custo e transmitem informações sobre o desempenho operacional. Embora a presente pesquisa não se limite à escolha pelo valor justo, as práticas menos encontradas na amostra podem, potencialmente, fundamentar-se na mesma percepção dos autores, dada a discricionariedade envolvida.

Os resultados desta pesquisa complementam as evidências dos estudos de Cairns *et al.* (2011), Demaria e Dufour (2007), Taplin, Verona e Doni (2011) e Christensen e Nikolaev (2013), quanto ao reconhecimento do imobilizado a valor justo, e de Dragu (2010) e Tudor e Dragu (2010), quanto ao reconhecimento dos intangíveis, os quais também identificaram alto nível de comparabilidade entre as práticas adotadas.

A maior comparabilidade entre as grandes companhias, da mesma bolsa e do mesmo setor, confirma a posição de Nobes (2013), Dias Filho e Machado (2012) e Jaafar e McLeay (2007) quanto à tendência de grandes companhias de um mesmo país escolherem práticas contábeis uniformes internacionalmente e quanto ao fator setor, também, afetar essas escolhas.

Por outro lado, os resultados aqui evidenciados foram de encontro aos obtidos por Botinha e Lemes (2017), os quais avaliaram a mensuração subsequente das PPI e apuraram baixa comparabilidade entre companhias listadas na BM&FBOVESPA e na NYSE, que atingiu um nível médio quando calculado o índice T para cada bolsa individualmente. Também em sentido oposto, na análise setorial, o estudo de Botinha e Lemes (2017) indicou que o nível de comparabilidade foi melhor dentro de cada bolsa individualmente e pior entre as companhias das duas bolsas. Diferentemente do presente estudo, que identificou o setor financeiro como o mais homogêneo, Botinha e Lemes (2017) identificaram que os setores de telecomunicações e de serviços ao consumidor adotaram práticas mais uniformes na mensuração das PPI. Ressalta-se que, para o caso das PPI, a escolha é entre a mensuração ao valor justo ou não, prática cuja adoção, ainda, é fortemente suscetível ao ambiente contábil de cada país e é, conforme Christensen e Nikolaev (2013), um tópico controverso, de longa data, entre acadêmicos e reguladores.

A partir dos resultados obtidos, destaca-se que o equilíbrio entre comparabilidade e representação fidedigna é algo complexo de ser atingido perante um maior número de escolhas, o que fica caracterizado para a mensuração da depreciação. Enquanto as companhias da NYSE adotaram outros métodos que não a depreciação linear, em maior número que as companhias da BM&FBOVESPA, a comparabilidade das práticas adotadas por aquelas (0,76) foi bem inferior à destas (0,85), o que supõe uma análise mais cuidadosa da perda de benefícios econômicos futuros dos ativos imobilizados pelas companhias não brasileiras, aumentando a representação fidedigna, mas que resultou na redução da comparabilidade entre as companhias.

Se, por um lado, a maior diversidade de práticas possibilita que cada empresa opte por aquelas que melhor possam conduzi-la a uma representação fidedigna, por outro, em termos gerais, pode se distanciar da comparabilidade dos relatórios contábeis. Na busca por um equilíbrio entre as características qualitativas da informação contábil, o IASB autodeterminou a redução de opções entre práticas igualmente válidas nas IFRS. Ainda que tenha havido a eliminação de algumas, outras opções têm sido inseridas, muitas vezes, pelas negociações envolvidas na aprovação de determinadas normas.

A representação fidedigna pode conduzir à comparabilidade, notadamente, entre os setores que, supostamente, reconheceriam coisas iguais da mesma forma e coisas diferentes de forma distinta. As companhias da NYSE, que adotaram outras práticas de depreciação em detrimento da depreciação linear, tiveram menor nível de comparabilidade, como era de se esperar. Atestar se essas práticas são mais confiáveis, ou seja, se representam mais fidedignamente o que se propõem a representar, é uma tarefa com possibilidades limitadas de sucesso para usuários externos, pela subjetividade dos aspectos envolvidos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa fundamentou-se na necessidade de se avaliar, com mais cautela, a informação amplamente repetida de que mais de 140 países adotam as IFRS. O sucesso do IASB no processo de convergência mundial é inegável, e não há, no cenário atual, outro órgão que possa concorrer com o trabalho realizado por ele. Contudo a adoção das IFRS introduziu práticas não antes estabelecidas, em menor ou maior grau, em vários países. Enquanto alguns estudos reportam que grandes companhias tenderiam a adotar práticas uniformes internacionalmente, outros alegam que o setor é o fator mais relevante para a determinação da comparabilidade das demonstrações contábeis.

Com o intuito de se identificar a comparabilidade entre os setores de companhias listadas na BM&FBOVESPA e na NYSE, com base nas escolhas contábeis na mensuração do

imobilizado, esta pesquisa seguiu duas etapas: cálculo do índice T para o grupo de companhias, individualmente e no conjunto, e identificação dos grupos de companhias, por setor, que evidenciaram maior proximidade entre as práticas adotadas.

A comparabilidade do imobilizado foi alta ou moderada para a maioria das escolhas observadas, exceto para a mensuração inicial. Na análise dos conglomerados formados pelas 126 companhias, evidenciou-se a aproximação entre empresas estrangeiras, ressaltando-se a comparabilidade de práticas entre essas companhias.

O estudo buscou cobrir uma lacuna nas pesquisas sobre escolhas contábeis, que tratavam múltiplas escolhas conjuntamente, e no estudo do grupo imobilizado, que se constitui em um somatório de mensurações com conceitos distintos.

Os resultados desta pesquisa contribuem com a literatura referente à comparabilidade, às escolhas contábeis e ao *trade off* entre comparabilidade e representação fidedigna. O estudo da comparabilidade por setor de atividade mostrou-se relevante na medida em que o conceito de comparabilidade pode estar mais alinhado com os setores. Assim, este estudo contribui com a análise de práticas isomórficas no reconhecimento do imobilizado e refina, por consequência, o conceito de comparabilidade.

A contribuição prática da pesquisa fundamenta-se na identificação das escolhas que foram mais bem absorvidas pelas empresas (teste de *impairment*, depreciação e reavaliação), em contraste com as escolhas em que houve menor assimilação (mensuração inicial, custos de empréstimos, custos de desmontagem e remoção e custos de manutenção e substituição). Ainda que parem dúvidas se as escolhas de menor assimilação são práticas menos comuns no cenário empresarial (o que não foi objeto desta pesquisa), as evidências encontradas podem indicar aos legisladores a necessidade de se refinar, modificar ou simplificar as normas para as práticas não efetivadas pelas empresas. Para analistas e investidores, o baixo uso de determinadas práticas aqui identificadas resultaria no aumento do valor do imobilizado, sinalizando que os ativos da empresa podem estar superestimados.

A pesquisa teve por limitação o subjetivismo concernente à coleta de dados, em função das informações incompletas ou dúbias presentes nas demonstrações contábeis. Adicionalmente, um maior número de companhias, também, permitiria estudos mais detalhados do efeito país.

Pesquisas futuras poderão ampliar a discussão acerca da análise de múltiplas escolhas conjuntamente, tanto em abrangência, quanto em profundidade. Igualmente, o tripé escolhas contábeis, comparabilidade e representação fidedigna merece maior reflexão por parte da academia e dos órgãos reguladores. O delineamento mais amplo e atualizado da Teoria das Escolhas Contábeis, que contemple, inclusive, características individuais dos gestores, poderia ser um bom caminho para se identificar alternativas para a questão de permitir escolhas contábeis ou não nas normas internacionais.

REFERÊNCIAS

- Barth, M. E. (2008). Global financial reporting: implications for U.S. academics. *The Accounting Review*, 83(5), 1159-1179. Doi: <https://doi.org/10.2308/accr.2008.83.5.1159>.
- Barth, M. E.; Landsman, W. R., Lang, M., & Williams, C. (2012). Are IFRS-based and US GAAP-based accounting amounts comparable? *Journal of Accounting and Economics*, 54(1), 68-93. Doi: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1585404>.

- Barth, M. E. (2013). Global comparability in financial reporting: what, why, how, and when? *China Journal of Accounting Studies*, 1(1), 2-12. Doi: <http://dx.doi.org/10.1080/21697221.2013.781765>.
- Barth, M. E. (2014, June). Measurement in financial reporting: the need for concepts (Commentary). *Accounting Horizons*, 28(2), 331-352. Doi: <https://doi.org/10.2308/acch-50689>.
- Botinha, R. A., & Lemes, S. (2017). Comparabilidade das Escolhas Contábeis em Propriedades para Investimentos de Empresas Listadas na BM&FBOVESPA e NYSE. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 20(1), 113-132. Doi: http://dx.doi.org/10.21714/1984-3925_2017v20n1a7.
- Cairns, C., Massoudi, D., Taplin, R., & Tarca, A. (2011). IFRS Fair Value measurement and accounting policy choice in the United Kingdom and Australia. *The British Accounting Review*, 43(1), 1-21. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.bar.2010.10.003>.
- Christensen, H. B., & Nikolaev, V. V. (2013). Does fair value accounting for non-financial assets pass the market test? *Review of Accounting Studies*, 18, 734-775. Doi: <https://doi.org/10.1007/s11142-013-9232-0>
- Cole, V., Branson, J., & Breesch, D. (2009). How to measure the comparability of financial statements? *Int. J. Managerial and Financial Accounting*, 1(4), 379-397. Doi: <https://doi.org/10.1504/IJMFA.2009.025363>.
- Cole, V., & Branson, J., & Breesch, D. (2011). *Determinants influencing the De facto Comparability of European IFRS Financial Statements*, 2011. Retrieved June 18, 2017, from https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1967001.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2011). *Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (R1)*. Recuperado em 26 agosto, 2017, de http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf.
- Demaria, S., & Dufour, D. (2007). First time adoption of IFRS, fair value option, conservatism: evidences from French listed companies. In 30ème Colloque de l'EAA (p. 24). Retrieved March 28, 2018, from <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00266189/document>
- Dias Filho, J. M., & Machado, L. H. B. (2012). Abordagens da pesquisa em Contabilidade. In: S. de Iudícibus & A. B. Lopes. *Teoria Avançada da Contabilidade*. 2.ed. São Paulo: Atlas.
- Dichev, I. D., Li, F. (2013). Growth and accounting choice. *Australian Journal of Management*, 38(2), 221-252. Doi: <https://doi.org/10.1177/0312896212469520>.
- Dragu, I. M. (2010). Diversity of national and international accounting practices: the case of intangible assets. *Directory of Open Access Journals*, University of Oradea.
- Durocher, S., & Gendron Y. (2011). IFRS: on the docility of sophisticated users in preserving the ideal of comparability. *European Accounting Review*, 20(2), 233-262. Doi: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09638181003687869>.
- Fields, T. D., Lys, T. Z., & Vincent, L. (2001). Empirical research on accounting choice. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1-3), 255-307. Doi: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00028-3](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00028-3).
- Francis. J. (2001). Discussion of empirical research on accounting choice. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1-3), 309-319. Doi: [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00017-9](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00017-9).
- International Accounting Standards Board (IAS). (2003). *International Accounting Standard 16 - Property, Plant and Equipment*. Retrieved August 26, 2017, from <http://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ias-16-property-plant-and-equipment/>.

- Jaafar, A., & McLeay, S. (2007). Country effects and sector effects on the harmonization of accounting policy choice. *ABACUS*, 43(2), 156-189. Doi: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-6281.2007.00224.x>.
- Nobes, C. W. (2006). The survival of international differences under IFRS: towards a research agenda. *Accounting and Business Research*, 36(3), 233-245. Doi: <http://dx.doi.org/10.1080/00014788.2006.9730023>.
- Nobes, C.W. (2013). The continued survival of international differences under IFRS. *Accounting and Business Research*, 43(2), 83-111. Doi: <http://dx.doi.org/10.1080/00014788.2013.770644>.
- Preface IFRS. (2014). *International Financial Reporting Standards*. IASC Foundation: United Kingdom. Retrieved September 20, 2017, from <https://www.iasplus.com/en/standards/other/preface>.
- Schipper, K. (2003). Principles-based accounting standards (Commentary). *Accounting Horizons*, 17(1), 61-72. Doi: <https://doi.org/10.2308/acch.2003.17.1.61>.
- Silva, D. M., Martins, V. A., & Lemes, S. (2016). Escolhas contábeis: reflexões para a pesquisa. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 13(29), 129-156. Doi: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2016v13n29p129>.
- Souza, F. E., & Lemes, S. (2016). Comparability of accounting choices in subsequent measurement of fixed assets, intangible assets, and investment property in South American companies. *Revista Contabilidade e Finanças*, 27(71), 169-184. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1808-057x201501480>.
- Stadler, C., & Nobes, C. W. (2014). The Influence of Country, Industry, and Topic Factors on IFRS Policy Choice. *ABACUS*, 50(4), 386-421. Doi: <http://dx.doi.org/10.1111/abac.12035>.
- Taplin, H. R. (2004). A unified approach to the measurement of international accounting harmony. *Accounting and Business Research*, 34(1), 57-73. Doi: <http://dx.doi.org/10.1080/00014788.2004.9729951>.
- Taplin, H. R. (2006). A practical guide to constructing specialised indices of international accounting harmony using the harmoniser software. *FRRaG – Financial Reporting, Regulation and Governance*, 5(1), 1-28. Retrieved September 20, 2017, from http://ceebi.curtin.edu.au/local/docs/3.FRRaG_2006_5-1_Refereed_Taplin.pdf.
- Taplin, H. R. (2010). Statistical inference using the T index to quantify the level of comparability between accounts. *Accounting and Business Research*, 40(1), 75-101. Doi: <http://dx.doi.org/10.1080/00014788.2010.9663385>.
- Taplin, R. H. (2011). The Measurement of Comparability in Accounting Research. *Abacus*, 47(3), 383-409. Doi: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-6281.2011.00345.x>.
- Taplin, R. H., Verona, R., & Doni, F. (2011). The process of global convergence IFRS/US-GAAP: an empirical analysis on IFRS-compliant and US GAAP-compliant financial statements. *Proceedings of the Accounting Renaissance: lessons from the crisis and looking into the Future Venezia, Italy*.
- Taplin, R. H., Yuan, W., & Brown, A. (2014). The use of fair value and historical cost accounting for investment properties in China. *Australian, Accounting, Business and Finance Journal*, 8(1), 101-113. Doi: <http://dx.doi.org/10.14453/aabfj.v8i1.6>.
- Tudor, A. T., & Dragu, I. M. (2010). Impact of International Financial Reporting Standards on Accounting Practices Harmonization within European Union – particular case of intangible assets. *Annales Universitatis Apulensis Series Oeconomica*, 12(1), 191-206.

- Watts, R. L. (1992). Accounting choice theory and market-based research in accounting. *British Accounting Review*, 24(3), 235-267. Doi: [https://doi.org/10.1016/S0890-8389\(05\)80023-X](https://doi.org/10.1016/S0890-8389(05)80023-X).
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1990). Positive Accounting Theory: a ten-year perspective. *The Accounting Review*, 65(1), 131-156. Retrieved September 20, 2017, from <http://www.jstor.org/stable/247880>.
- Zhang, Y., & Andrew, J. (2010). Land in China: re-considering comparability in financial reporting. *Australasian Accounting Business and Finance Journal*, 4(1), 53-75.